

## GÊNERO E TECNOLOGIA

---

**Ronie Silveira**

E-mail: roniefilosofia@gmail.com

Universidade Federal do Sul da Bahia

**Resumo:** Esse artigo apresenta o que o autor entende ser uma limitação injustificada da maneira como as questões de gênero têm sido postuladas, isto é, como questões essencialmente políticas. Para isso, se lança mão da noção de sistema técnico-democrático que afirma a implicação necessária entre o mundo humano e o mundo natural. As questões de gênero permitem visualizar nitidamente essa implicação e, simultaneamente, permitem uma melhor compreensão da identidade originária entre democracia e tecnologia.

**Palavras-chave:** gênero; tecnologia; democracia; sistema técnico-democrático.

**Abstract:** This article presents what the author considers to be an unjustified limitation on how gender issues have been postulated, that is, as essentially political issues. For this, it makes use of the concept of technical democratic system which affirms the necessary implication between the human world and the natural world. Gender issues enable clear viewing this implication and simultaneously allow a better understanding of the originally identity between democracy and technology.

**Key words:** gender; technology; democracy; technical democratic system.



## ○ sistema técnico-democrático

Em outra ocasião afirmei que uma alteração substantiva na relação, hoje estabelecida no ocidente contemporâneo, entre o ser humano e a natureza implicaria em uma redefinição dos parâmetros vigentes da vida democrática. Isso significa que nossa relação com o mundo natural não está desconectada de nossa relação com os demais seres humanos e que, portanto, tecnologia e política deveriam ser compreendidas como duas faces de uma mesma moeda. Denominei essa conexão interna de sistema técnico-democrático (SILVEIRA, 2013). Não se trata de uma relação externa, isto é, do fato de que questões tecnológicas (e científicas) possuam também implicações políticas. Trata-se de que questões tecnológicas sejam questões políticas e vice-versa, independentemente de que questões sejam essas.

Embora essa ligação interna pareça bastante perceptível quando lançamos um olhar retrospectivo para a história dos valores que sedimentaram o estilo de vida democrático e a ciência ocidentais, algumas de suas implicações em discussões atuais podem não se mostrar tão óbvias. A existência de uma conexão estreita entre política e tecnologia implica que um movimento em um dos elementos do sistema envolverá, com necessidade, um deslocamento imediato no seu extremo oposto.

Cheguei a sugerir, então, que um estilo de vida que dotasse a natureza de alguma vida espiritual requeriria inevitavelmente algum sacrifício de valores que, hoje, são considerados como o cerne de uma existência democrática. Isso porque as relações entre os seres humanos não só não são independentes da relação deles com o mundo natural, como o espaço conceitual dessa relação é o mesmo. Com isso quero dizer que o espaço ocupado, hoje, pela política foi tomado da (antiga) natureza e que uma eventual restituição desse espaço implicaria em subtrair-lo da política (atual). O espaço conceitual total disponível é o mesmo e um dos elementos só pode se expandir ou se tornar predominante causando restrições no outro elemento. A própria criação do elemento natureza como algo essencialmente distinto de tudo o que é espiritual, por exemplo, já se constitui como um lance dentro desse espaço original, na medida em que o secciona em duas metades.

Um movimento na direção daquela espiritualização do mundo natural teria como consequência a alteração da base do sistema de produção do conhecimento científico. Isso porque esse último está fundado sobre a crença em uma natureza inteiramente objetiva, logo não espiritual. Objetividade que deve ser entendida como tendo resultado da eliminação de qualquer traço de espiritualidade do antigo mundo natural, portanto dentro daquele espaço

conceitual total. Observe como a mudança no cerne das crenças básicas com relação à natureza interfere diretamente nas nossas concepções sobre a ciência e também naquelas que fundamentam nossa compreensão sobre a política e a democracia. A perspectiva que denominei de sistema técnico-democrático tenta apreender a unidade desse espaço conceitual.

Isso torna evidente que, da perspectiva do sistema técnico-democrático, assuntos políticos não podem ser dimensionados de maneira apropriada se não incluirmos neles as questões ligadas à natureza. Ao optar por uma visão unitária desses problemas, trata-se, na verdade, de preferir incluir todas as variáveis que os constituem. Ou, ao contrário, se preferirmos deixar de lado algumas delas, estaríamos empobrecendo nossas narrativas sem qualquer justificativa relevante. Em outras palavras, trata-se de que nossa maneira habitual de colocar em discussão os problemas políticos tem envolvido somente a metade das variáveis que deveria envolver. Nesse sentido, essa maneira de pensar limitada sempre se mostra injustificadamente insuficiente e precária em função de sua falta de ambição epistemológica.

Não me parece necessário insistir na proposição de que um problema mal colocado ou colocado pela metade não promete boas soluções. Por isso, compreendo que o sistema técnico-democrático fornece um ponto de vista privilegiado sobre problemas que até agora temos compreendido de maneira demasiadamente estreita. Incluo entre tais problemas, as discussões sobre gênero.

De fato, as questões de gênero têm sido tratadas unilateralmente como questões políticas. Nesse sentido, acredito que as discussões a esse respeito tendem a restringir-se excessivamente à metade das dimensões que deveriam possuir quando encaradas da perspectiva do sistema técnico-democrático. Meu objetivo nesse artigo é duplo: tanto demonstrar a presença dessa restrição presente na maneira tradicional de discutirmos as questões de gênero quanto permitir que uma visão mais apropriada da perspectiva do sistema técnico-democrático se torne perceptível para o leitor.

Faço a ressalva de que, para cumprir esse objetivo, não posso me ocupar com os detalhes técnicos hoje utilizados nas discussões de gênero, mas com a maneira geral como elas são postuladas. Afinal, como se trata de explicitar como elas têm sido formuladas de maneira demasiadamente restritiva não faz sentido ocupar-me das peculiaridades internas do debate existente nos termos em que ele ocorre. Assim, somente as limitações do debate atual serão visadas aqui, mas não suas características específicas.

## Mais liberais ou mais conservadores

As questões de gênero têm sido discutidas dentro de um escopo teórico político que exprime a necessidade ou não de ampliação dos limites da vida democrática. Isso na medida em que elas se concentram na discussão sobre a possibilidade de conceder às pessoas o direito de moldarem o mais livremente possível suas próprias vidas. Dentro dessa perspectiva geral, essas discussões dizem respeito, em último caso, a estabelecer quais são os limites da liberdade pessoal dentro das sociedades democráticas do ocidente.

Parece-me possível detectar duas maneiras básicas de tomar posição dentro desse debate político. Os mais liberais afirmam que não se pode impedir as pessoas de conduzirem sua vida privada como melhor lhes pareça. Fazer alguma restrição nesse ambiente consistiria em uma forma de invasão da esfera individual e, portanto, em limitação da liberdade humana. Por outro lado, os mais conservadores geralmente concentram-se em afirmar a necessidade de estabelecer limitações à liberdade, sejam elas de natureza biológica, religiosa ou jurídica. Dentro desse espectro geral que inclui ambas as posições, todos os problemas relativos ao gênero têm sido apresentados dentro dos parâmetros tradicionais que os caracterizam como uma questão de natureza essencialmente política.

É evidente que, na medida em que o corpo do ser humano está envolvido, a natureza também deve se apresentar em algum momento como um elemento do problema de gênero. Afinal se trata de discutir os limites da liberdade com relação ao próprio corpo e não da liberdade em abstrato. Isso poderia ser entendido como uma refutação do meu ponto de vista que afirma que o debate tem sido exclusivamente político, já que a natureza estaria presente nas discussões relativas ao gênero sob a figura incontornável do corpo de cada indivíduo.

Entretanto, a natureza só é chamada à cena do debate de gênero atual como um elemento externo. Por exemplo, os mais liberais afirmam que cabe inteiramente a cada indivíduo dar a seu corpo a feição que julgar mais conveniente, que as pessoas não estão condenadas a obedecer a sua constituição natural sexual dada. Nesse sentido, o corpo funcionaria como uma espécie de matéria informe que serviria de base para o trabalho demiúrgico do sujeito dotado de uma vontade livre. Esse último daria uma forma à matéria corporal natural, fornecendo-lhe a feição que se ajustasse melhor a seus desejos e propósitos e que expressasse plenamente sua individualidade.

Isso significa, nos termos de Butler (1988, p. 519), compreender o gênero não como derivando de uma substância unitária, mas como “*uma identidade instituída através de uma repetição estilizada de atos.*” A matéria natural do corpo não constituiria, por si mesma, nenhuma espécie de obstáculo à ação do

indivíduo, de tal forma que, nessa relação, ele estaria agindo com a máxima liberdade possível, dentro das conjunções políticas existentes.

Essa ação demiúrgica livre consistiria naquilo que poderíamos caracterizar como a vitória definitiva do romantismo. Ou, nos termos de Isaiah Berlin (1999, p. 146), a vitória da *“tentativa de converter a vida em arte”* e que *“pressupõe que os seres humanos são coisas, que eles são simplesmente um tipo de material.”* Claro que eles são um tipo de material que funciona como matéria prima para que o indivíduo torne-se o que desejar, caracterizando a existência humana como um contínuo manejado artístico da natureza – incluindo aí o corpo dado.

Observe que, nesse caso, o corpo natural não é um componente do problema político em questão, mas limita-o por fora. O papel da natureza aqui é o de dar suporte à liberdade individual, sem impor a ela nenhum tipo de constrangimento. Com efeito, a natureza não se apresenta como elemento do problema político da liberdade, mas funciona como um material necessário, a partir do qual ele pode ser postulado nas sociedades democráticas do ocidente.

Por outro lado, os mais conservadores se ocupam em apontar limites à liberdade individual, sugerindo que a matéria não é de todo bruta, mas possui algum tipo de forma preestabelecida que não pode ser suprimida pela ação do indivíduo livre. Trata-se, então, de afirmar ou a existência de limitações biológicas do corpo, ou a presença de uma essência espiritual e transcendente do homem, eventualmente de origem divina, ou mesmo a necessidade social de estabilidade jurídica dos indivíduos ao longo da vida. O que a afirmação de qualquer um desses limites - ou mesmo a combinação de alguns deles - quer dizer é que há um limite para a ação do homem sobre seu próprio corpo, que ele não possui liberdade completa para fornecer a si próprio uma feição desejada, que ele não pode exercer inteiramente aquela função demiúrgica sobre a natureza.

Isso quer dizer que a aproximação entre a vida humana e a arte deveria ser compreendida de maneira diversa daquela apresentada pela visão romântica dos mais liberais. Nesse caso, se é verdade que vida é arte, então ela tem de ser vivida dentro de parâmetros dados pela natureza, dentro do sistema de limitações impostas pela materialidade do mundo em que vivemos. A arte da existência seria possível, desde que fossem respeitadas as limitações naturais da condição humana. Afinal todo artista tem de lidar sempre com o conjunto de possibilidades que o material original lhe fornece.

Nesse caso, me parece muito evidente que o papel reservado à natureza também é externo. Aliás, a posição dos mais conservadores deriva justamente da insistência nessa exterioridade. Mais do que isso, sua posição depende inteiramente de tornar evidente a existência de um valor exterior que venha a limitar a ação livre do homem sobre seu próprio corpo.

Observe que em qualquer das duas compreensões do problema do gênero, seja a mais liberal ou a mais conservadora, a natureza é um princípio limítrofe que baliza externamente a questão, mas não está incluída nele propriamente falando. Ou ela se apresenta como matéria bruta totalmente desprovida de características próprias, um suporte neutro para a ação demiúrgica do indivíduo, ou ela se apresenta como uma substância que não pode ser inteiramente manipulada em função dos motivos alegados por alguma das variantes da posição mais conservadora.

Essa maneira de postular o problema de gênero é essencialmente política na medida em que está centrada sobre o eixo da dimensão da liberdade individual. O que pretendo ressaltar nessa maneira de postular o problema de gênero é como nela a natureza é excluída do centro da discussão, porém funciona como uma espécie de referência neutra, como um suporte ontológico não problemático para a tomada de posição no debate. Esse suporte dá sustentação para a tomada de posição de ambos os pontos de vista, sejam mais liberais ou mais conservadores, porém não se constitui, ele mesmo, como parte da discussão. Ressalto que essa perspectiva genérica de análise que adoto aqui não demanda uma análise minuciosa das diferenças internas do debate existente entre mais liberais e mais conservadores.

Se passarmos a considerar a discussão sobre gênero da perspectiva do sistema técnico-democrático, poderemos observar como aquele ponto de vista tradicional se estrutura apenas sobre um dos lados da moeda, justamente o lado político. E isso não é ocasional: a intensificação da vida democrática e a expansão da dimensão individual da existência têm sido realizadas dentro do parâmetro geral científico de objetivação da natureza. Essa perspectiva restringiu historicamente os assuntos políticos ao mundo humano, expulsando a natureza para a fronteira externa de uma objetividade sem traços de espiritualidade. Essa cisão do espaço conceitual original permitiu que daí emergissem problemas políticos e problemas tecnológicos. É desnecessário acrescentar aqui novamente que ambos fornecem visões parciais do que está efetivamente envolvido.

Esse processo de cisão fica especialmente evidente no caso da discussão de gênero, justamente porque nela se explicita o papel marginal a que a natureza foi relegada, quando confrontada como a perspectiva do sistema técnico-democrático. Isto é, se tornam evidentes as limitações impostas à natureza dentro do modo de vida democrático contemporâneo. Foi essa ação de restrição e separação com relação ao mundo natural (antigo) que propiciou a independência ontológica requerida para a expansão da dimensão individual da existência em sua própria esfera e profundidade.

Observe que mesmo a postura mais conservadora não introduz a natureza como um dos elementos genuínos do problema de gênero. Ela apenas lança mão do corpo como uma espécie de postulado incontornável, mas não efetivamente problemático – algo que está ali como um limite além do qual também não podemos ir – na discussão ou no exercício da liberdade. E não ir além dele significa, aqui novamente, restringirmos todas as questões de gênero a um problema político. No caso específico da postura mais conservadora, observe que a natureza é chamada para exercer a função de um princípio de reverência: aquele que requer respeito pela sua própria constituição ontológica e que, portanto, se apresenta como intransponível para os indivíduos que se encontram do lado de cá, do lado político do mundo. Nesse sentido, a natureza é uma espécie de barreira externa da política.

Aqueles que julgam que existem limitações naturais com relação ao gênero apelam para a natureza como se ela constituísse um elemento sagrado, um princípio superior que solicita respeito da vontade livre e que, portanto, permite articular os parâmetros de uma política do corpo. O curioso aqui é que não se apresentam razões políticas para limitar a liberdade internamente, mas razões ontológicas naturais, logo exteriores.

Embora isso não constitua meu assunto principal aqui, observo que esse tipo de crença parece sugerir que se abriu mão no ocidente contemporâneo de qualquer possibilidade de se constituírem restrições humanas à ação e que só um elemento exterior pode desempenhar essa função constrangedora. De certa forma, essa parece uma reação de frustração diante da verdadeira impossibilidade de se postularem limitações éticas – portanto internas – diante da dinâmica subjetiva da cultura contemporânea (LIPOVETSKY, 1992).

Penso que essa posição possa ser explicada tendo em conta a recusa em contradizer o processo cultural de intensificação da dimensão individual da existência humana, que parece se constituir como uma tendência imbatível no ocidente cristão. Afinal foi Santo Agostinho (1984) quem abriu as portas da vida interior como escada para a obtenção da transcendência divina e da salvação humana. Posteriormente, essas portas escancaradas tornaram-se as únicas válidas para se obter qualquer outra coisa. O único caminho viável para a obtenção de um significado verdadeiro passou a ser buscado exclusivamente dentro das pessoas.

O que me parece especialmente importante na maneira como a postura mais liberal e a mais conservadora se enfrentam é que o debate entre elas torna patente que a vida democrática ocidental só pode continuar avançando

por meio da supressão das funções espirituais da natureza. Aquilo que Hegel (1989, p. 697) chamou de “*movimento e intranquilidade*” dos átomos individuais, a expansão do valor da subjetividade, afirma-se através da supressão do espaço original da natureza. Afinal, para serem efetivamente livres, os indivíduos devem diminuir a força de qualquer tipo de oponente que seja capaz de impor a eles alguma forma de constrangimento.

○ aprofundamento constante da dimensão individual da vida humana, a expansão da política para todos os níveis da existência, só pode se afirmar se ela toma gradualmente o terreno da (antiga) natureza espiritualizada e transforma essa última em matéria informe, em elemento sobre o qual se pode agir sem restrições. Isso torna transparente que o mundo interior, o mundo político em contínua expansão, é o resultado daquilo que foi retirado da natureza espiritualizada.

Michel Foucault (1988) detectou o aspecto tentacular do poder, que tanto cria mundos como os coloniza quase que simultaneamente, embora pareça não ter percebido que essa potência política tenha sido fundada sobre o terreno ganho pela expulsão da dimensão espiritual da natureza. Foi o retraimento gradual da espiritualidade para a dimensão individual que permitiu a plena objetivação da natureza. Daqui se seguiram duas consequências: de um lado, a expansão e o aprofundamento da política em todas as direções, a subjetivação intensa dos indivíduos e a valorização extrema da vida interior; de outro, essa separação propiciou as condições para uma manipulação da natureza pelo sujeito, na medida em que ela se tornou um objeto autônomo e sem espírito, uma matéria inerte disponível e destituída de um valor próprio.

Assim, embora eventualmente a tecnologia e a tentativa de transfigurar a vida em arte apareçam como inimigos declarados na lição teórica contemporânea tratam-se de dois irmãos gêmeos, filhos da cisão operada dentro de um mesmo espaço original – designado aqui de sistema técnico-democrático. ○ que a tecnologia e o romantismo requerem como condição para seu sucesso mútuo é exatamente a mesma coisa: uma natureza destituída de qualquer tipo de forma preexistente definida, um material bruto que não imponha nenhum tipo de limitação ao exercício da vontade livre, um ambiente inteiramente neutro em que o homem possa reinar sem meias medidas, um mundo a ser feito à nossa imagem e semelhança segundo os nossos desejos. Isso torna evidente que tecnologia e arte são duas filhas do mesmo tronco.

○ que a perspectiva mais conservadora enuncia nitidamente é que qualquer tentativa de reestabelecer a vida espiritual da natureza termina consistindo em um golpe contra a vida democrática e contra a liberdade individual. Considerar

o corpo humano como um elemento digno de respeito, como dotado de uma essência que não pode ser manipulada pelo ser humano, significa estabelecer limites além dos quais o indivíduo não pode se expandir. Ou seja, afirmar a existência de uma natureza substantiva dotada de energia suficiente para se converter em referência da ação individual implica em limitar o mundo político. Parece óbvio, portanto, que a dimensão atual daquilo que entendemos geralmente por política tenha sido efetivamente adquirida pela restrição do valor autônomo da natureza. Uma dessas dimensões só pode se expandir com base em uma conquista de terreno da outra, a que me referi antes.

O desfecho do debate sobre gênero dentro da tendência contemporânea de expansão crescente da dimensão individual parece previsível: na mesma proporção em que a vida democrática avança, a natureza será relegada ao papel de matéria bruta, destituída de características próprias que imponham um efetivo limite à ação humana. Então, parece que a perspectiva mais liberal possui a vantagem inegável de surfar a favor na onda cultural predominante no ocidente, a da expansão contínua do mundo humano. Em função desse acoplamento ao movimento geral da cultura no ocidente, essa posição deve ganhar terreno – a menos que a democracia venha a se reconfigurar de maneira muito significativa nos próximos séculos.

Isso também significa que a democracia avança no sentido de exercer um pleno domínio sobre a natureza, na mesma proporção em que toma o terreno dela e a restringe à condição de um objeto integralmente manipulável. A democracia avança, portanto, na direção que favorece o emprego intenso da tecnologia.

## **Tecnologia e gênero**

A tecnologia pode ser historicamente compreendida como a introdução de finalidades humanas no curso de uma natureza inteiramente objetiva. Pelo menos é assim que ela é empregada na prática epistemológica da ciência nos últimos séculos, pelo menos desde o projeto de Francis Bacon (1999) visando controlar inteiramente o mundo natural para melhorar as condições de vida da humanidade. Nesse projeto, Bacon designou o controle tecnológico pleno do mundo natural com o nome muito sugestivo de reino dos homens. Trata-se de uma expressão sugestiva justamente porque esse reino deve ser construído através do domínio daquilo que passa a ser compreendido explicitamente como um adversário a ser subjulgado: a natureza.

Nesse sentido, a tecnologia pressupõe a afirmação inicial da autonomia do mundo natural com relação à dimensão subjetiva, de tal forma que se torne possível introduzir nele as determinações da vontade humana. Trata-se

daquela separação entre os elementos objetivos e subjetivos a que me referi acima e que viabiliza o domínio tecnológico desejado. Sem a crença de que a natureza consista em um sistema de leis independente, não faz sentido postular a possibilidade de introduzir finalidades humanas nele. Só pode existir interferência sobre a base de uma disjunção prévia entre dois elementos: um que interfere e o outro que recebe a ação de interferência. A ideia de tecnologia supõe, portanto, a crença em uma natureza autônoma e separada dos aspectos espirituais, que passam a existir exclusivamente sob a forma subjetiva após aquela disjunção prévia.

Isso torna mais evidente aquela associação, que indiquei acima, entre o romantismo e a tecnologia. De fato, as condições para o exercício da tecnologia são exatamente aqueles requeridos para a transformação da existência humana em uma obra de arte: ambas devem contar com a disponibilidade de um material neutro sobre o qual possam projetar suas respectivas intenções. Elas necessitam de um material sobre o qual possam exercer uma ação transformadora, uma projeção que forneça ao mundo a feição que é desejada pelo ser humano.

Há, entretanto, uma diferença inicial entre eles: a tecnologia parte da noção de que há um sistema de leis independentes da ação humana que não podem ser ignorados. Daí que a atividade científica básica pode ser definida como a tentativa de reconhecimento e apreensão da legislação do mundo. Somente essa apreensão pode fornecer os parâmetros para uma introdução apropriada de finalidades humanas no cerne da natureza. Quando construímos uma barragem, por exemplo, devemos considerar as leis que regem o comportamento dos elementos naturais envolvidos sob pena de que a intervenção não funcione de maneira adequada. Por isso, a tecnologia parece se diferenciar do romantismo no sentido de que ela reconheceria a existência de leis naturais que deveriam ser respeitadas, para que uma intervenção resultasse em benefício humano. O romantismo, ao contrário, requer justamente que o material inicial de que se parte não imponha limites à ação humana.

Porém, essa aparente diferença inicial é enganadora. A tecnologia que se exerce sobre uma natureza já domesticada por finalidades humanas não pode ser confundida com a tecnologia original. Ela não pode mais ser considerada como idêntica àquela tecnologia que foi aplicada inicialmente sobre uma natureza autônoma. A questão aqui é que a natureza que existe de fato já se encontra articulada com propósitos humanos. Ela já foi colonizada em alguma proporção por um emprego tecnológico anterior. Qualquer nova projeção de finalidades humanas se dá sempre sobre uma natureza já alterada por

um antigo emprego tecnológico. Não podemos afirmar que essa natureza tecnologizada seja a mesma que aquela natureza autônoma original, da qual só podemos fazer uma ideia retrospectiva pálida. Do mesmo modo, a tecnologia que envolve projetar finalidades humanas sobre uma natureza já colonizada não pode ser confundida com uma tecnologia de primeira geração, por assim dizer.

Refiro-me aqui à necessidade de distinguir a presença de várias gerações de intervenções humanas na natureza ou de várias gerações de aplicações tecnológicas. Há uma história da sobreposição de finalidades humanas sobre aquela natureza natural (com o perdão da redundância necessária). Essa história já operou uma espécie de acomodação subterrânea de aluviões em que a camada original não pode mais ser identificada – e nem faz qualquer sentido tentar identificá-la. O que importa no presente são os sedimentos naturais sobre os quais se pode agir e talvez algumas camadas superficiais do terreno que podem ser removidas em caso de necessidade.

A substância de uma suposta natureza autônoma tornou-se uma espécie de coisa em si kantiana (KANT, 2001), uma iminência parda remota e destituída de sentido próprio, algo que supomos estar lá por motivos teóricos, mas que não pode ser efetivamente apreendida de maneira positiva. Ela se encontra na fronteira externa, na escuridão além do nosso olhar, fora de toda possibilidade de se mostrar. Esse afastamento, que podemos detectar em função das várias gerações de projeções tecnológicas, relegou a natureza original àquele estado de fronteira externa desconhecida que foi assumido como condição de todas as discussões sobre gênero.

Observe que a tecnologia que se expande sobre uma natureza já anteriormente tecnologizada não precisa mais se ocupar com a autonomia de um sistema de leis originais. Ela se ocupa com o que há e o que há é uma natureza já controlada em alguma medida por incursões tecnológicas. O mundo em que vivemos é o resultado dessas incursões. Aquele sistema de leis originais encontra-se soterrado por sucessivas gerações de intervenções tecnológicas.

Além desse aspecto, também chamo a atenção para o fato de que esse sistema de leis supostamente autônomo não possui mais o estatuto científico de uma verdade científica. De fato, o velho sistema original de leis perdeu qualquer autonomia autêntica quando a evolução do conhecimento científico transformou sua suposta verdade em ficção e crença ingênua. O objeto de estudo de antigas teorias científicas, a natureza supostamente objetiva, tornou-se um conjunto de expressões de uma condição epistemológica pré-científica.

O abandono das verdades científicas provisórias consiste, portanto, em um movimento de afastamento gradual com relação àquela suposta natureza original, de tal forma que ela termina por não possuir qualquer sentido positivo. Então, é a própria história do conhecimento científico que elimina a necessidade de reverência a um sistema natural autônomo, já que esse se mostra sempre uma verdade inconstante e, por isso mesmo, suspeita. A cada vez que uma teoria melhor substituiu uma teoria pior, a natureza original se perde na escuridão epistemológica da coisa em si, ela oscila em sua verdade. Portanto, as mudanças históricas operadas dentro de cada ciência também expressam a tendência de que tudo o que está ligado àquele suposto sistema autônomo natural tem sido gradativamente soterrado.

Isso revelou, no domínio científico, que a natureza original era apenas um postulado teórico e não efetivamente um princípio ontológico – algo que novamente assume aquela feição inócua da coisa em si kantiana: supomos que ela está lá fora, mas ela não exerce qualquer função digna de atenção nem exhibe nenhuma qualidade perceptível. Estar lá fora, mas ser destituída de sentido é uma forma de se dizer que a natureza nada significa, que ela não é humana, que ela é um material neutro.

Observe, então, como o desenvolvimento do conhecimento científico representou o recuo da natureza original até o estado de matéria bruta, para a condição de um substrato informe disponível para a projeção de finalidades humanas, para a expansão plena do controle tecnológico. Quanto menos a natureza significar autonomamente, mais provável a possibilidade dela poder ser manipulada livremente através da tecnologia. Quanto menos substância própria o corpo possuir, maior a sua capacidade para tornar-se moldável à vontade livre do indivíduo e de funcionar como um sustentáculo das expressões de uma subjetividade livre. Por isso, faz sentido falarmos na “*produção do natural*” (MACHADO, 2005, p.22), na medida em que o elemento original torna-se cada vez menos significativo para o próprio indivíduo. A expansão da liberdade humana tem se operado na proporção inversa ao recuo das determinações ontológicas da natureza.

Portanto, aquela aparente diferença entre a tecnologia e o romantismo não se sustenta. Ambos requerem o mesmo tipo de natureza material para poderem exercer-se livremente e moldar o mundo segundo suas respectivas vontades livres.

Do ponto de vista do debate sobre gênero parece razoável pensar que a cultura científica também termina privilegiando a perspectiva mais liberal em função de suas afinidades recíprocas inegáveis. Assim como a ciência avança

ao restringir a validade de qualquer traço ontológico duradouro da natureza, o conjunto de valores relativos ao corpo também deve gradualmente assumir que ele não se constitui como um determinante da condição humana. A lógica da ampliação do domínio tecnológico do mundo é exatamente a mesma da intensificação da vida democrática com relação ao corpo de cada indivíduo: cada vez há menos sentido na afirmação de um limite para a liberdade humana, cada vez a política toma o terreno da natureza, cada vez mais o indivíduo se torna o senhor absoluto de tudo a sua volta – incluída aí sua própria vida.

A tecnologia é, portanto, uma companheira de luta daquela postura mais liberal com relação aos problemas de gênero. Ambas solicitam a eliminação de qualquer traço espiritual do mundo natural. Esses traços espirituais são aqueles que poderiam constituir um sistema de valores não humanos e, dessa forma, impor limitações à expansão da liberdade por reivindicarem reverência. Com a eliminação desses traços espirituais se elimina os constrangimentos remanescentes para viver a vida como uma obra de arte e fazer uma nova natureza como se ela fosse plenamente um instrumento. O que está em questão em ambos os casos é a intensidade da capacidade humana para dar-se um mundo, dar-se uma vida, dar-se um sentido.

Se entendermos que o homem democrático do ocidente contemporâneo é um ser que tenta fazer-se inteiramente a si mesmo, então a capacidade de decidir sobre seu gênero é, na verdade, um caso particular do uso intensivo da tecnologia. A democracia como uma forma de vida está a serviço do objetivo de que o homem se torne o senhor do mundo, no sentido radical em que o mundo em que ele passa a viver é um mundo feito por ele mesmo e não um mundo tomado como lhe é dado.

Claro que esse mundo produzido só pode ser criado a partir daquele material prévio informe. Do mesmo modo, o gênero livremente construído só pode ser afirmado como a transformação operada sobre aquela carne indeterminada original – um *“corpo que se considera indeterminado.”* (MACHADO, 2005, p. 278). O sonho da liberdade total diante de uma natureza inerte e sem sentido, diante de uma substância biológica definitivamente não constrangedora e não limitadora do poder humano de fazer-se a si próprio significa também *“a esperança de um mundo monstruoso sem gênero”* (HARAWAY, 1991, p. 27).

## Conclusão

Uma dificuldade, que desejo que a perspectiva do sistema técnico-democrático tenha tornado especialmente perceptível, reside no fato de que a natureza material foi produzida historicamente pelo ser humano através daquela cisão entre objetividade e subjetividade do espaço original. Do mesmo modo, o corpo material que se mostra incapaz de constranger uma pessoa a adotar determinado gênero em função de apresentar uma total ausência de características ontológicas específicas foi produzido através de uma supressão histórica de seus elementos espirituais.

Em ambas as situações podemos detectar a ação do mesmo processo de empobrecimento gradual da dimensão natural (antiga), na mesma proporção em que se ampliava a dimensão e o significado do que veio a se tornar a dimensão política da vida humana. Ressalto dois aspectos. Em primeiro lugar, o processo implica sempre em empobrecimento de um dos extremos e um enriquecimento do extremo oposto. Em segundo lugar, tais extremos são o resultado de uma cisão a partir de uma situação original em que eles não se distinguiam e, portanto, não se opunham como dois extremos.

Não creio que faça sentido prático condenar o processo histórico-cultural concreto que produziu tal cisão. Esse tipo de manifestação de arrogância intelectual não parece conduzir a nenhum tipo de solução pertinente. Em geral, essas condenações fornecem apenas uma boa consciência a quem as anuncia. Condenar uma época, cultura ou conjunto de valores conforta-nos, mas não conduz a nada além de bem-estar subjetivo da parte do crítico. Afinal, uma condenação desse tipo é uma crítica meramente exterior que sequer pretende estabelecer uma comunicação com o que critica. Isso se torna especialmente saliente quando consideramos que toda crítica condenatória desse tipo deve partir de um conjunto de valores radicalmente distinto. Isto é, ela se caracteriza justamente por se negar a estabelecer uma comunicação com o seu objeto. E essa disposição não parece conduzir a um bom equacionamento de qualquer problema.

Seja como for, me parece mais produtivo verificar a que tipo de problema as posturas que prevalecem no mundo democrático contemporâneo podem conduzir. Isto é, dado a atual dinâmica desse modo de vida, quais são suas implicações mais importantes?

Seguindo nessa direção, podemos considerar que a situação que tentei descrever acima possui o inconveniente de nos conduzir a uma desagradável sensação com relação à totalidade da vida democrática do ocidente. Essa sensação emerge quando notamos que a expansão do mundo da liberdade humana é construída com base em um processo de dilapidação gradual do

significado da natureza. Essa expansão se dá proporcionalmente em direções opostas: quando maior a liberdade humana, mais aquela natureza original recua – em função da força da sobreposição da vontade humana sobre ela. Como o espaço original é restrito entre os dois elementos produzidos pela cisão entre sujeito e natureza, parte dele deve ser tomado do seu oponente como requisito para a expansão do outro. Se a necessidade de expansão é intensa, o espaço a ser obtido terá que ser tanto maior, até que não reste mais nada além do mundo humano.

Por isso, o reino da liberdade humana é também o reino da contínua restrição da natureza a dimensões cada vez menos significativas. Essa consequência foi notada por Gilbert Simondon (1989, p. 127) quando ele afirmou que: *“é difícil se libertar transferindo a escravidão para outros seres, homens, animais ou máquinas; reinar sobre um povo de máquinas subjulgando o mundo inteiro, ainda é reinar e todo reino supõe a aceitação dos esquemas de servidão.”* Creio que a questão que deveria nos ocupar, a partir do que constatamos até agora, é a de tentar saber se é possível e desejável fazer um mundo significativo para nós humanos, com base na supressão do antigo significado da natureza. Observe que o controle tecnológico é uma das expressões desse processo, assim como a defesa da liberdade humana feita pela perspectiva mais liberal do debate sobre gênero, mas não são todo o processo.

Sabemos que esse enriquecimento por meio da dilapidação do outro é possível, porque o temos realizado com sucesso. Isso pode, inclusive, ser ilustrado pela postura mais liberal com relação ao gênero. O problema a que me refiro é saber se esse processo pode se mostrar responsável pela articulação de uma forma de vida realmente significativa, a despeito de estar sendo construída por meio da dilapidação do mundo natural original. Isto é, se a ampliação da liberdade de gênero não é somente uma face da ampliação do processo de servidão geral do ocidente democrático.

Parece fazer todo sentido continuar a ampliar a liberdade humana além dos limites atuais, dentro desse processo de intensificação da vida democrática. A questão é saber se faz sentido ampliar a liberdade humana com base na supressão de qualquer força que se mostre alternativa a ela, incluindo uma natureza efetivamente autônoma.

Aparentemente, o processo de consolidação da capacidade humana de dar-se um mundo tem sido construída com base na eliminação inicial de qualquer outro mundo que não seja humano. Ora, tudo leva a crer que esses meios contrariam uma finalidade, aparentemente tão nobre, porque eles têm incluído sempre gestos de violência. E se há um componente violento nesse

processo de expansão da liberdade humana, poderíamos dizer no núcleo do projeto ocidental, isso me parece suficiente para revelar horizonte não muito promissor para a obtenção de um futuro significativo para todos nós, seres espirituais e materiais.

O que a discussão sobre as ligações entre gênero e tecnologia, conduzidas da perspectiva do sistema técnico-democrático, parecem ter demonstrado é que esses dois aspectos do mundo contemporâneo são parceiros no mesmo tipo de empreendimento democrático. E o que me parece especialmente digno de atenção é verificarmos se a direção apontada pelo ocidente democrático será capaz de cumprir integralmente sua promessa em função do emprego necessário da violência.

Temo que o paraíso sonhado pelo homem ocidental de dar-se um mundo adequado ao seu modo de ser, incluído aqui o seu próprio gênero, exprima com muita nitidez nossa incapacidade de adaptação a um mundo não humano, mais do que qualquer outra coisa. Nesse sentido, o projeto ocidental de refazer-se inteiramente e dar-se um novo ser parece-me uma manifestação de nossa incapacidade para aceitarmos o que somos e o que não somos.

## Referências

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BACON, F. **Novum organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- BERLIN, I. **The roots of romanticism**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- BUTLER, J. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, 1988.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.
- HARAWAY, D. Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In: HARAWAY, D. (org.). **Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.
- HEGEL, G. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- LIPOVETSKY, G. **Le crépuscule du devoir**. Paris: Gallimard, 1992.
- MACHADO, P. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, n. 24, 2005.

SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1989.

SILVEIRA, R. O sistema técnico-democrático. **Pensando**, v. 4, n. 7, 2013.

Recebido em novembro de 2015

Aprovado em junho de 2016